



UNIVERSIDADE
CATOLICA
PORTUGUESA

REITORIA

DESPACHO NR/R/0295/2017

ASSUNTO: Regulamento de acesso aos ciclos de estudos de licenciatura e de mestrado integrado

Aprovo o "Regulamento de acesso aos ciclos de estudos de licenciatura e de mestrado integrado", em anexo.

É revogada a circular com a referência R/0013/2016, de 7 de janeiro.

Lisboa, 20 de março de 2017

A Reitora,



UNIVERSIDADE
CATOLICA
PORTUGUESA

REITORIA

Universidade Católica Portuguesa

Regulamento de acesso aos ciclos de estudos de licenciatura e de mestrado integrado

Artigo 1º

Enquadramento institucional

1. Ao abrigo da Concordata entre a Santa Sé e Portugal e do disposto no Decreto-Lei nº 128/90, de 17 de Abril, a Universidade Católica Portuguesa dispõe de autonomia na criação de ciclos de estudos, tendo os seus diplomas e títulos o mesmo valor e efeitos que os conferidos pelas universidades públicas.
2. O acesso aos ciclos de estudos da Universidade Católica Portuguesa obedece a regras próprias, que constam do presente Regulamento.

Artigo 2º

Âmbito

1. O presente Regulamento aplica-se aos ciclos de estudos conducentes ao grau de licenciado e aos ciclos de estudos integrados conducentes ao grau de mestre, adiante designados genericamente por cursos.
2. As condições de acesso e de ingresso dos estudantes internacionais –assim considerados nos termos do disposto no artigo 3º do Decreto-Lei nº 36/2014, de 10 de março –são objeto de regulamento próprio.

Capítulo I

Concurso geral

Artigo 3º

Condições Gerais de Acesso

Podem candidatar-se aos ciclos de estudos da Universidade Católica Portuguesa, os estudantes que, reunindo os requisitos gerais de acesso previstos para as universidades do CRUP (Conselho de Reitores das Universidades Públicas):

- a) Sejam titulares de um curso secundário ou de habilitação legalmente equivalente;
 - b) Realizem as provas de ingresso ou provas que as substituam nos termos de despacho reitoral criado para o efeito e
 - c) Tenham satisfeito os pré-requisitos fixados para o ingresso em cada curso, conforme Artigo 5º.
1. Para os efeitos do disposto na alínea c), os candidatos podem apresentar a ficha ENES (Exames Nacionais do Ensino Secundário) com as provas de ingresso realizadas no ano de candidatura ou nos dois anos imediatamente anteriores, tendo a mesma que ser emitida no ano de apresentação da candidatura.



Artigo 4º

Candidatos titulares de cursos do ensino secundário estrangeiro, não abrangidos pelo estatuto do estudante internacional

1. Para os candidatos titulares de cursos do ensino secundário estrangeiro, obtidos no estrangeiro ou em Portugal e legalmente equivalentes ao ensino secundário português, podem ser admitidos como provas de ingresso os exames finais de disciplinas terminais dos respetivos cursos, análogas às disciplinas do ensino português.
2. O cálculo da nota de candidatura dos candidatos titulares de cursos de ensino secundário estrangeiro baseia-se na classificação final constante da equivalência ao ensino secundário e nas classificações obtidas nas disciplinas terminais.
3. A admissão de exames finais dos cursos do ensino secundário estrangeiro em substituição das provas de ingresso nacionais é objecto de despacho próprio.

Artigo 5º

Pré-Requisitos

1. Os candidatos à licenciatura em Direito, da Escola do Porto da Faculdade de Direito, são submetidos a uma prova específica, destinada a aferir a sua aptidão vocacional.
2. Os candidatos às licenciaturas em Enfermagem devem apresentar um atestado médico, emitido nos termos do regulamento publicado como anexo III da Deliberação da CNAES nº 202/2012, de 16 de fevereiro, destinado a comprovar o pré-requisito de comunicação interpessoal (Grupo A).
3. Os candidatos à licenciatura em Som e Imagem da Escola das Artes são submetidos a uma entrevista com entrega de portfólio e questionário vocacional.
4. Os candidatos ao Mestrado Integrado em Medicina Dentária, do Centro Regional de Viseu, devem apresentar um atestado médico, emitido nos termos do anexo IV da Deliberação da CNAES nº 202/2012, de 16 de fevereiro, destinado a comprovar o pré-requisito de comunicação interpessoal (Grupo B).

Artigo 6º

Nota de candidatura

1. A nota de candidatura resulta da ponderação da classificação final do candidato no curso de ensino secundário ou habilitação legalmente equivalente e das classificações obtidas na(s) prova(s) de ingresso ou prova(s) que a(s) substitua(m), correspondente(s) ao curso a que se candidata.
2. Sem prejuízo do disposto no número seguinte, a nota de candidatura é calculada de acordo com uma fórmula na qual a cada um dos elementos referidos no número anterior corresponde a seguinte ponderação:
 - a) Classificação final do curso do ensino secundário ou habilitação legalmente equivalente: 60%;
 - b) Classificação obtida nas provas de ingresso: 40% se for uma só, 20% se forem duas.
3. Na candidatura ao curso de Som e Imagem da Escola das Artes, é observada a seguinte ponderação:
 - a) Classificação final do curso do ensino secundário ou habilitação legalmente equivalente: 50%;
 - b) Classificação obtida nas provas de ingresso: 35%;
 - c) Classificação obtida no Pré-Requisito: 15%.

Artigo 7º

Notas mínimas de candidatura

1. A nota mínima de candidatura é de 95 pontos (de 0 a 200), exceto nos casos indicados nos números seguintes.



2. Nas licenciaturas da Faculdade de Ciências Económicas e Empresariais, a nota mínima é de 120 pontos.

Artigo 8º

Apresentação de candidaturas

1. As candidaturas são apresentadas na Universidade Católica Portuguesa, *online* ou presencialmente, nas instalações de Lisboa e dos Centros Regionais do Porto, Braga ou Viseu, consoante o caso, e nos prazos indicados no calendário anualmente estabelecido.
2. As candidaturas são formalizadas, após aprovação no pré-requisito nos casos em que este é exigido, através do preenchimento do boletim de candidatura, instruído com:
 - a) Documento de identificação civil e fiscal;
 - b) Uma fotografia;
 - c) Ficha ENES (Exames Nacionais do Ensino Secundário), obtida no estabelecimento de ensino secundário onde o candidato prestou as últimas provas e emitida no ano em que a candidatura é apresentada, ou outros documentos que a substituam no caso de candidatos titulares de cursos de ensino secundário estrangeiro

Artigo 9º

Fases e prazos de candidaturas

1. Os candidatos podem apresentar a ficha ENES da primeira ou segunda fase dos exames nacionais, independentemente da fase de candidaturas a que se estão a candidatar.
2. Na primeira fase de candidaturas, são seriados todos os candidatos que preencham as condições de acesso.
3. Nas fases seguintes, são seriados em conjunto e em igualdade de circunstâncias:
 - a) Os candidatos que só tenham vindo a reunir as condições de acesso após encerrada a primeira fase de candidaturas;
 - b) Os candidatos excluídos na fase de candidaturas anterior, por a sua nota de candidatura ser inferior ao valor mínimo fixado para admissão nessa fase;
 - c) Novos candidatos.
4. A última fase de candidaturas destina-se a preencher as vagas sobranes.
5. Os prazos em que são apresentadas as candidaturas são fixados anualmente por cada Unidade Académica e divulgados no respetivo sítio da internet;

Capítulo II

Outros Concursos e Regimes de Ingresso

Artigo 10º

Concurso para maiores de 23 anos

1. Ao abrigo do disposto no Decreto-Lei n.º 64/2006, de 21 de Março, podem candidatar-se aos cursos os maiores de 23 anos que os tenham completado até 31 de dezembro do ano anterior àquele em que se candidatam e que não sendo titulares de habilitações de acesso ao ensino superior, façam prova de capacidade para a sua frequência.
2. As provas especialmente adequadas a avaliar a capacidade para a frequência na Universidade Católica Portuguesa de maiores de 23 anos são objeto de regulamento próprio.



Artigo 11º

Concurso para Titulares de Cursos

1. São abrangidos por este concurso, os titulares do grau de bacharel, licenciado, mestre ou doutor ou equivalente;
2. Adicionalmente poderá ser exigida a realização de um pré-requisito e/ou a comprovação de conhecimento numa área específica;
3. A candidatura destes estudantes à Universidade Católica Portuguesa é formalizada através do preenchimento do boletim de candidatura, instruído com:
 - a) Documento de identificação civil e fiscal;
 - b) Certificado da habilitação superior (com indicação da média final de curso e, se for apresentado pedido de creditação, classificação, créditos ECTS ou carga horária de cada unidade curricular);
 - c) Programas das unidades curriculares para o efeito de pedido de creditação;
 - d) Para detentores de habilitação superior estrangeira, declaração explicativa da escala de classificações, quando esta seja diferente do sistema português (0-20 valores, nota positiva a partir do 10).
3. Os prazos em que são apresentadas as candidaturas são fixados anualmente por cada Unidade Académica e divulgados no respetivo sítio da internet;

Artigo 12º

Reingresso e reinscrição

1. Os estudantes que interrompam a frequência de um curso, por um período máximo de três semestres letivos consecutivos ficam com a inscrição suspensa, podendo a mesma ser reativada, mediante solicitação do estudante e parecer positivo da unidade académica.
2. Os estudantes que interrompam a frequência de um curso por um período superior ao referido no número anterior, e que pretendam regressar ao mesmo par instituição/curso, ou curso que lhe sucedeu, deverão solicitar um reingresso.
3. O pedido de reinscrição ou de reingresso deve ser efetuado por requerimento ao diretor da unidade académica.
4. Por regra, os estudantes são enquadrados no plano de estudos em vigor no momento da reinscrição ou do reingresso. O estudante deverá ser informado das alterações ao plano de estudos, caso existam.
5. Para ambas as situações, é devido o pagamento de uma taxa prevista na Tabela de Propinas, Taxas e Emolumentos, com a designação "candidatura a Reingresso na Universidade".
6. São liminarmente indeferidos os processos indevidamente instruídos e/ou caso o estudante tenha dívidas para com a Universidade.

Artigo 13º

Mudança de par instituição/curso

1. Podem requerer a mudança para a Universidade Católica Portuguesa os estudantes que:
 - a) Tenham estado matriculados e inscritos noutra par instituição/curso, em Portugal ou no estrangeiro, no ano letivo anterior àquele em que se candidatam e não o tenham concluído;
 - b) Tenham realizado o(s) exame(s) nacionais do ensino secundário correspondentes à(s) prova(s) de ingresso fixadas para esse curso, no âmbito do regime geral de acesso, ou, no caso de estudantes detentores do ensino secundário estrangeiro, apresentem exame(s) que o(s) substitua(m), de acordo com o definido na Portaria nº 181-D/2015 de 19 de junho.



2. Adicionalmente poderá ser exigida a realização de um pré-requisito e/ou a comprovação de conhecimento numa área específica;
3. As mudanças de par instituição/curso para a Universidade Católica Portuguesa obedecem a procedimento próprio, sustentado em requerimento instruído com:
 - a) Documento de identificação civil e fiscal;
 - b) Certificado das unidades curriculares em que obteve aprovação, com as respetivas classificações, créditos ECTS ou carga horária, e, para o caso de estudantes que tenham frequentado estabelecimentos de ensino superior estrangeiro, declaração explicativa da escala de classificações, quando esta seja diferente do sistema português;
 - c) Programa das unidades curriculares em que obteve aprovação, para o efeito da atribuição de eventuais creditações;
 - d) Documentos comprovativos dos requisitos habilitacionais de acesso e ingresso no ensino superior, exclusivamente para os candidatos que tenham ingressado no ensino superior através de modalidades especiais de acesso;
 - e) Ficha ENES ou outros documentos que a substituam;
4. Os prazos em que são apresentadas as candidaturas são fixados anualmente por cada Unidade Académica e divulgados no respetivo sítio da internet.

Artigo 14º

Critérios de Seriação

Os candidatos são seleccionados para a mudança de par instituição/curso pela aplicação de critérios de seriação fixados por despacho de cada unidade de ensino, devendo ser atribuída uma nota de candidatura na escala 0-20.

Capítulo III

Disposições Comuns

Artigo 15º

Vagas

A fixação de vagas para cada um dos concursos ou regimes de acesso a cada um dos cursos é proposta anualmente pelas Unidades Académicas, e aprovada pela Reitoria.

Artigo 16º

Quotas Especiais

Artigo 16º

Quotas Especiais

1. A Universidade Católica Portuguesa reserva, nos seus cursos, quotas especiais (vagas supranumerárias) para cada curso, conforme despachos em vigor, destinadas aos candidatos que, reunindo as condições gerais de acesso, sejam:
 - a) Filhos de colaboradores permanentes da Universidade Católica Portuguesa em regime de tempo integral;
 - b) Filhos ou netos de beneméritos insígnias da Universidade;
 - c) Portadores de deficiência física ou sensorial;



UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA

REITORIA

- d) Praticantes desportivos de alto rendimento, nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 272/2009, de 1 de outubro;
2. São igualmente supranumerárias as vagas fixadas ao abrigo de protocolos específicos celebrados com Estados estrangeiros.
3. A Universidade Católica Portuguesa poderá ainda reservar vagas supranumerárias para candidatos em situações específicas, nomeadamente bolsas, desde que tal esteja devidamente estipulado por despacho da Reitoria.
4. Os interessados que pretendam candidatar-se ao abrigo de quotas especiais devem informar-se junto dos Serviços Escolares sobre o procedimento a seguir e a documentação necessária e, no ato de candidatura, devem comprovar as respetivas condições.
5. As vagas supranumerárias apenas serão preenchidas no caso de os candidatos elegíveis para as quotas especiais não serem admitidos através do Regime Geral.

Artigo 17º

Matrícula

1. Os candidatos admitidos devem proceder à respetiva matrícula no curso, junto da secretaria escolar, dentro dos prazos indicados com a publicação dos resultados.
2. A matrícula é realizada através do preenchimento do boletim de matrícula, que deve ser instruído com:
 - a) Documento de identificação civil e fiscal, caso não tenha(m) sido entregue(s) anteriormente;
 - b) Prova de vacina antitetânica atualizada.

Artigo 18º

Taxas de candidatura e de matrícula

1. Nos atos de candidatura e de matrícula, é devido o pagamento de taxas, constantes das tabelas de pagamento aprovadas anualmente e de acordo com as condições fixadas para o efeito.
2. O valor da taxa de candidatura e de matrícula não é reembolsado em nenhuma circunstância.
3. Para além da taxa de matrícula, no momento da matrícula o estudante deverá efetuar o pagamento da 1ª propina mensal.